



PROCESSO Nº 00578/2017

INTERESSADO: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TANABI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONVÊNIO COM ENTIDADES ASSISTENCIAIS/2017

PARECER CONCLUSIVO

A presente prestação de contas, referente ao exercício de 2017, relativa aos recursos repassados à APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TANABI, visando o auxílio para Atendimento Educacional Especializado, cujos valores estão abaixo discriminados, segundo os critérios contidos na Instrução nº 02/2016, TC-A-011476/026/16, da Resolução nº 04/2016, publicada no DOE de 04/08/16, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, encontrando-se em ordem, conforme atestado e demonstrativo abaixo:

I ; II ; III ; IV ; V ; –

– a entidade recebedora dos recursos localiza-se a Rua Gabriel José de Oliveira, 145 – Jardim Brasília – Tanabi/SP., e teve regular funcionamento, a finalidade estatutária da entidade beneficiária é a promoção do atendimento de educandos portadores de necessidades especiais, decorrentes de deficiências física, mental, auditiva, visual, múltipla ou com condutas típicas de síndromes com comprometimentos severos, cuja situação não permita a integração em classes comuns do ensino regular;

– datas dos repasses concedidos: 15/03, 19/06, 15/09/2017;
data da Prestação de Contas: 29/01/2018;

– foi recebida a prestação de contas da entidade beneficiária sem a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade, em razão da exatidão da documentação;

Nota de Empenho	Emissão	Valor
2017NE00105	01/02/2017	150.501,00
Valor Estadual repassado no exercício de 2017	R\$	150.501,00
Rendimento de aplicações financeiras.....	R\$	1.130,54
Sub-Total.....	R\$	151.631,54
Recursos Próprios mencionados.....	R\$	0,00
Despesas comprovadas Estadual.....	R\$	151.631,54
Total Despesas Comprovadas.....	R\$	151.631,54
Saldo sujeito a devolução (glosado).....	R\$	0,00
Saldo sujeito a devolução (recolhido).....	R\$	0,00

VI – As atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, alcançando os resultados desejados e cumprindo o Plano de Trabalho;

VII - foram cumpridas as cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII – de acordo com a documentação apresentada pela entidade beneficiária foi analisada a regularidade dos gastos efetuados e sua contabilização;

X – os comprovantes de gastos apresentados pelo beneficiário contem a identificação da Entidade, o tipo de repasse obtido e do órgão repassador a que se referem, conforme atestado pelo contador responsável pela Prestação de Contas;

XI – regularidade do recolhimentos de encargos trabalhistas;

XII – atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

XIII – o controle interno do Órgão Público Concessor tem o funcionamento regular sob a responsabilidade de Maria José Custódio do Amaral, CPF. 887.985.268-04 e da Secretaria da Fazenda CRCA-7-São José do Rio Preto;

XIV – Houve visita in loco pelo Órgão Concessor para verificação da utilização dos repasses referente ao exercício de 2017.

Isto posto e, nada mais havendo a providenciar, deixamos à disposição do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

José Bonifácio, 22 de fevereiro de 2018.


Maria Aparecida Laureano Buzato
RG. 7.959.770
Dirigente Regional de Ensino